

A ENUNCIÇÃO EM TEXTO JORNALÍSTICO: O USO DAS CATEGORIAS DE TEMPO, ESPAÇO E PESSOA

Ernani Cesar de Freitas¹

ernanic@feevale.br

RESUMO: Este estudo aborda a enunciação em texto jornalístico, com o objetivo de apresentar algumas reflexões sobre as implicações dos efeitos de sentido no discurso, ocasionados pelo uso das categorias de pessoa, espaço e tempo no processo de enunciação/produção do gênero editorial. O marco teórico toma como base os pressupostos teóricos de Benveniste (1966/1995, 1974/1989) sobre a teoria da Enunciação, complementados com apoio em Fiorin (1999). A pesquisa tem cunho descritivo e abordagem qualitativa; utiliza o modelo epistemológico do paradigma indiciário (GINZBURG, 1986), para realizar a análise do *corpus* mediante identificação de marcas/pistas linguísticas que remetem às categorias de tempo, espaço e pessoa. A noção do tempo linguístico aponta para o estabelecimento do tempo presente, inserindo-o como um tempo que é o eixo central para referenciar as demais temporalidades: a do tempo do passado e a do tempo do futuro no ato linguístico, tudo isso imbricado pelas categorias de espaço e pessoa.

PALAVRAS-CHAVE: enunciação; texto jornalístico; editorial; categorias de tempo, espaço e pessoa.

INTRODUÇÃO

Neste trabalho, buscamos construir algumas reflexões sobre questões enunciativas observadas em editorial, gênero jornalístico de comunicação, intitulado “2004, o ano do recomeço”, publicado em 24 de dezembro de 2003 na Revista Veja, veículo de circulação nacional e de periodicidade semanal. Portanto, o enfoque desta pesquisa centrou-se no estudo do editorial – gênero textual - e, particularmente, para as categorias de tempo, espaço e pessoa. Para fins dessa abordagem, analisamos mais detidamente a categoria de *tempo*, que traz consigo as outras categorias – espaço e pessoa.

Nesse sentido, concebemos a linguagem como instrumento usado para propósitos essencialmente comunicativos; por isso, somente é possível compreender adequadamente as

¹ Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, pós-doutorando em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem; Universidade de Passo Fundo – UPF - Mestrado em Letras; Universidade Feevale - Novo Hamburgo (RS) - mestrado em Processos e Manifestações Culturais.

expressões linguísticas se forem consideradas operando em circunstâncias efetivas de interação verbal. Desse modo, muitas de suas propriedades são codeterminadas pela informação contextual e situacional disponível aos interlocutores.

Como uma atividade social, a língua representa o conjunto concreto de usos, historicamente situados, de modo a implicar interlocutores socialmente organizados. Desse princípio, postula-se que a gramática se define como um processamento das categorias pragmática e semântica de que decorrem as estruturas sintáticas. Assumir uma posição discursiva e/ou funcional significa reconhecer que a sintaxe de uma língua é o resultado da confluência *simultânea* de fatores estruturais e discursivos.

Assim, comunicar-se eficientemente parece, em princípio, algo fácil e simples a qualquer indivíduo; no entanto, durante esse processo realizado automaticamente, ou seja, sem uma real consciência do que subjaz à competência linguística, não se questiona a sequência de passos a percorrer para que se consiga realizar o complexo ato de comunicação por meio da língua.

Dessa maneira, a comunicação seria extremamente difícil se, como diz Bakhtin (2000: 302), os indivíduos não dominassem os gêneros do discurso e tivessem de criá-los no processo de fala. As dificuldades da criação de um gênero a cada construção de enunciado, de modo totalmente livre, seriam sentidas na perda da agilidade do processo. Daí ser necessário admitir, de acordo com Bakhtin, que a língua se realiza por meio de enunciados (orais ou escritos). Dadas as diferentes situações de uso, os enunciados vão sendo organizados, agrupados em tipos – de acordo com a finalidade – e ensinados de forma a levar o aprendiz a tomar conhecimento dos diferentes tipos e a usá-los de acordo com os objetivos que tem em mente.

Os enunciados – organizados e agrupados – são usados em toda e qualquer atividade humana. Essas atividades se caracterizam por condições especiais de atuação e por objetivos específicos, e, sendo inúmeras, cada esfera de atividade desenvolve *tipos relativamente estáveis* de enunciados que passam a ser comumente associados a elas. Mesmo variando em termos de extensão, conteúdo e estrutura, os enunciados conservam características comuns, daí serem considerados tipos relativamente estáveis. Bakhtin (2000: 301) chama de gêneros de discurso esses *tipos estáveis de enunciados*.

Considerado tradicionalmente como o “porta-voz” da instituição jornalística, o editorial faz parte do gênero jornalístico de interpretação que expressa a opinião oficial da empresa de comunicação diante dos fatos que publica.

Assim sendo, analisando-se, objetivamente, o problema da opinião no jornalismo, a responsabilidade do seu controle recai, em última instância, na figura do *editor*, que representa o grupo mantenedor do periódico. É ele que “instala, financia e administra a empresa, encarregando-se ainda da circulação e da venda do produto do trabalho jornalístico e gráfico que nela se desenvolve, e cuja primeira e básica orientação lhe compete” (BELTRÃO, 1980: 45).

No dia-a-dia de sua atividade, o jornalista é servido pela língua, por códigos e regras do campo das linguagens, para, no trabalho da enunciação, produzir discursos. Em outras palavras, o jornalismo tem uma dimensão simbólica (FAUSTO NETO, 1991).

Partindo do pressuposto de que o ato de discursar resulta do contato do jornalista com o campo do código, é possível afirmar que o “ato jornalístico”, mais do que trabalhar com “regras”, “leis” ou “dicas”, estrutura-se a partir de dois momentos estratégicos: operação e construção, cujas regras são pensadas, independentes do sujeito, pois, quando ele as aciona, elas já estão estruturadas no campo da linguagem.

Na elaboração do seu texto, o jornalista/redator (o editorialista) vai utilizar procedimentos de seleção e de combinação, mediante unidades que, articuladas, vão se transformar em mensagens, ou, de um modo mais abrangente, em discursos sociais. Este trabalho de operação não se dá apenas no campo restrito do código, uma vez que o sujeito se defronta com outros códigos – ou outros discursos – dos quais também se utiliza para a constituição de suas unidades discursivas.

Desse modo, entendemos que se justifica este estudo devido à importância que se observa ao fazer interfaces teórico-aplicadas entre a enunciação, o discurso e a comunicação social, em função do crescente interesse pelas questões que envolvem o estudo interdisciplinar entre os campos do conhecimento da linguística e da comunicação.

Neste estudo, adotamos como referências teóricas alguns pressupostos fundamentados, sobretudo, na linguística da enunciação de Émile Benveniste (1966, 1974). Partimos dos enunciados presentes no gênero editorial analisado, visando demonstrar como a língua organiza as categorias de tempo, espaço e pessoa, e como tais marcações linguístico-discursivas se manifestam no editorial analisado, uma vez que, em todo texto escrito, há um ser que se inscreve – o locutor – que, através de sua enunciação, não só comenta, mas também presentifica fatos, acontecimentos e personagens num determinado espaço e tempo.

O trabalho do sujeito, a partir e através do outro, não é algo mecânico e não pode repousar sobre a ideia de que do simples recurso à língua resultaria na transparência das mensagens. O grau de nomeação das coisas pelas palavras não se dá apenas pelo recurso de

justaposição, mas por algo que decorre do investimento do trabalho da enunciação, isto é pelo sujeito (BENVENISTE, 1966/1995).

Como questão norteadora, possível hipótese, nesta investigação, concebemos que a noção do tempo linguístico aponta para o estabelecimento do tempo presente, inserindo-o como um tempo que é o ponto central para referenciar as demais temporalidades: a do tempo do passado e a do tempo do futuro no ato linguístico. Assim sendo, em relação ao escopo concebido para esta abordagem, pretendemos nos deter mais especificamente nas questões que se referem às três categorias de tempo (*físico* do mundo, *crônico/cronológico* e *linguístico*), noções essas desenvolvidas pelo linguista francês Benveniste (1974/1989), ao mesmo tempo em que procuramos articulá-las com características discursivas do editorial, como gênero discursivo jornalístico. As categorias temporais e características discursivas do editorial são tomadas como referenciais para proceder à análise realizada.

Dentro desse contexto, elegemos como objetivo principal deste trabalho o de apresentar algumas reflexões sobre as implicações dos efeitos de sentido ocasionados pelo uso das categorias de pessoa, espaço e tempo no processo de produção do gênero textual “editorial” (Carta ao leitor) publicado na Revista Veja, em 24 de dezembro de 2003, cujo título é “2004, o ano do recomeço”. A seleção desse texto específico, apesar de ter sido publicado no ano de 2003, deve-se ao fato de que, conforme assim entendemos, marcou importantes aspectos sócio-históricos na política brasileira, que se estenderam até os dias atuais, por isso nosso interesse de pesquisa ao analisá-lo neste artigo.

Este estudo pautou-se pelo tipo de pesquisa descritiva com abordagem qualitativa. Para fins de análise, recorreremos ao paradigma indiciário de Ginzburg (1986), como modelo epistemológico. Quanto aos procedimentos metodológicos, ressaltamos que dentre as três categorias de expressão do tempo desenvolvidas por Benveniste, a noção de *tempo linguístico* teve uma particular ênfase, nesta investigação, uma vez que caracteriza o tempo específico da língua, organicamente ligado ao exercício da fala, definido e organizado como função do discurso, dentro de um sistema temporal bem mais amplo e complexo.

A noção de *tempo linguístico* desenvolvida por Benveniste (1974/1989) aponta para o estabelecimento do tempo do presente (referindo-se ao tempo verbal do presente do indicativo), inserindo-o como um tempo que se posiciona enquanto “ponto central” a referenciar as demais temporalidades relacionadas com o tempo do passado e o tempo do futuro, no ato linguístico. No entender do autor, o estabelecimento deste eixo temporal na língua termina por nortear a experiência de vida dos que a falam.

De acordo com Benveniste (1989: 75), “o presente linguístico é o fundamento das oposições temporais da língua”, uma vez que o presente constitui

a linha de separação entre dois outros momentos engendrados por ele e que são igualmente inerentes ao exercício da fala: o momento em que o acontecimento não é mais contemporâneo do discurso, deixa de ser presente e deve ser evocado pela memória, e o momento em que o acontecimento ainda não é presente, virá a sê-lo, e se manifesta em prospecção (BENVENISTE, 1989: 75).

Segundo esse mesmo autor, há uma diferença de natureza entre a temporalidade retrospectiva, que pode assumir várias distâncias no passado de nossa vivência, e a temporalidade prospectiva, que não entra no campo de nossa experiência e não se temporaliza senão enquanto previsão dela. Conclui que a língua coloca em relevo uma dissimetria que está na natureza desigual da experiência.

O presente trabalho está estruturado através das seguintes seções: fundamentação teórica, onde são apresentados os principais postulados sobre a teoria da Enunciação que são basilares para o seu desenvolvimento; os procedimentos metodológicos, que demonstram o percurso realizado para efetivar a análise; por último, constam as considerações finais.

1. A ENUNCIÇÃO EM BENVENISTE

Benveniste (1966), em suas reflexões sobre a subjetividade na linguagem, ressalta o fato de o locutor se propor como sujeito de seu discurso através do uso que faz da linguagem, em especial dos pronomes pessoais – traços linguísticos que instauram, por excelência, a subjetividade, porque possuem a marca de pessoa e funcionam como formas vazias a serem preenchidas pelo locutor no momento da enunciação. Trata-se de um processo no qual, ao se instituir um *eu*, institui-se necessariamente um *tu*, o que faz de toda enunciação uma alocução, na medida em que se postula um alocutário, embora esse alocutário seja complementar ao *eu*, este sim pessoa subjetiva, *EGO*, centro da enunciação, diferentemente do *tu*, pessoa não subjetiva.

As línguas e as linguagens, embora suas origens se exemplifiquem num espaço mítico, se inscrevem num espaço real, num tempo histórico e são faladas por indivíduos situados nesse mesmo espaço e tempo.

A linguística saussureana, apesar de sua reconhecida importância entre as ciências humanas, restringiu o campo de interesse do linguista ao circunscrever-se somente ao domínio da célebre dicotomia língua/fala e da concepção de signo como objeto de análise. Nesse

sentido, “a lingüística tem por único e verdadeiro objeto a língua considerada em si mesma e por si mesma” (SAUSSURE, 1996: 271).

Como se observa, Saussure limitou-se ao estudo interno da língua – princípio de imanência – sem fazer uma articulação necessária entre o lingüístico e o social, uma vez que cada manifestação da língua põe em jogo um sujeito, mais precisamente “um sujeito ser-de-linguagem que, através da enunciação, coloca em funcionamento a língua por meio de um ato individual de utilização” (BENVENISTE, 1989: 82). Ao postular como condição da enunciação “o ato mesmo de produzir um enunciado e não o texto do enunciado”, Benveniste (1989: 82) define a enunciação como um processo de apropriação da língua. Para ele, antes da enunciação, a língua é apenas uma possibilidade que se concretiza no ato da enunciação e que, depois da enunciação, atinge a instância do discurso.

Segundo Fiorin (1999), no campo da linguagem, o que pertence à ordem do acontecimento, ou seja, da história é o discurso e não o sistema, e a passagem deste àquele é feita pela enunciação, ou melhor dizendo, temporalizando, espacializando, actorializando a linguagem.

Para Guimarães (2002), todo acontecimento de linguagem significa porque projeta em si mesmo um futuro. “Por outro lado este presente e futuro próprios do acontecimento funcionam por um passado que os faz significar. Ou seja, esta latência de futuro, que, no acontecimento, projeta sentido, significa porque o acontecimento recorta um passado como memorável” (GUIMARÃES, 2002: 12).

Ainda, conforme esse mesmo autor, a temporalidade do acontecimento constitui o seu presente e um passado que não é lembrança ou recordação pessoal de fatos anteriores. O passado é, no acontecimento, rememoração de enunciações, ou seja, se dá como parte de uma nova temporalização, tal como a latência de futuro. É nesta medida que o acontecimento é diferença na sua própria ordem: o acontecimento é sempre uma nova temporalização, um novo espaço de “conviviabilidade de tempos”, sem a qual não há sentido, não há acontecimento de linguagem, não há enunciação.

Apesar de o enunciador recorrer a determinados procedimentos lingüísticos e lógicos para articular os sistemas temporal, espacial e pessoal na língua, conforme Fiorin (1999: 15), “o discurso é o lugar da instabilidade das estruturas, é onde se criam efeitos de sentido com a infringência ordenada às leis do sistema”. Nesta perspectiva, entender o funcionamento desses mecanismos é compreender o processo de discursivização: o seu acontecer discursivo. Entretanto, não se pode entender por instável aquilo que é caótico, desorganizado, sob pena de incorrer-se no não-significante. Instável pressupõe o que não é permanente e o que muda de

lugar. As formas consideradas pelo sistema como perfeitamente estáveis, sob determinadas condições de ordem discursiva e por pertencerem à ordem do acontecimento, adquirem novos significados, novos efeitos de sentidos ao mudarem de lugar, ainda que obedeçam às coerções da estrutura.

Em relação a esses três sistemas categoriais, a pessoa, o tempo e o espaço, que Benveniste (1974) chama de categorias da enunciação, a gramática tradicional apresenta aleatoriamente o uso de uma pessoa por outra, de um tempo por outro, de uma localização espacial por outra, sem considerar o seu contexto de enunciação. O significado resulta de uma relação entre forma e contexto. A bem da verdade, a mensagem do editorial pode ser até relatado por outros meios, mas no caso de o meio escolhido ter sido a escrita, o que é tradicional desse gênero textual, o escritor/locutor – no caso o(s) editorialista(s) – precisa(m) conhecer as regras do jogo da enunciação.

Para Benveniste, a subjetividade é a capacidade que o locutor tem de se colocar como sujeito do seu discurso ao propor que “*é na e pela linguagem que o homem se constitui como sujeito*” (1995: 286, grifo do autor). O locutor, ao enunciar sua posição no discurso, o faz através de determinados índices formais, principalmente pela categoria de pessoa – os pronomes pessoais – os quais revelam a subjetividade na linguagem. Conforme Flores (2001: 29), “a teoria de Benveniste não só acentua a subjetividade lingüística como também a condição da intersubjetividade na determinação de um quadro dialógico constitutivo da língua. É a intersubjetividade que viabiliza o uso da língua”, sendo assim, o sujeito é constitutivo da língua porque sua existência dela depende e nela se realiza.

No processo de enunciação, um *eu* institui necessariamente um *tu* e torna-se a condição do diálogo que é constitutiva da pessoa, uma vez que implica em reciprocidade dos papéis *eu/tu*. O *eu* e o *tu* são os protagonistas da enunciação: *eu* – pessoa subjetiva - e *tu* – pessoa não-subjetiva - , em oposição ao *ele*, a não-pessoa que, não se referindo a um indivíduo específico, não possui a marca da pessoa. Desse modo, a enunciação, como lugar de instauração do sujeito, é, também, o ponto de referência das relações espaço-temporais: o lugar do *ego*, *hic* e *nunc* (FIORIN, 1999: 42).

Partindo dessa premissa, a coesão e a coerência do texto podem ser melhoradas através da sintaxe e da semântica discursiva pela incorporação das qualidades discursivas na produção textual. Assim, o conjunto de procedimentos linguísticos que constituem o discurso, o qual pode ser considerado como um espaço e um tempo permeados de atores distintos do enunciador, é o que constitui a competência discursiva em sentido restrito. No caso de se

somarem a elas as figuras do mundo e as configurações discursivas, tem-se a competência discursiva em sentido lato (FIORIN, 1999).

Desse modo, o sujeito da enunciação, entre as possibilidades da língua, faz opções de tempo, de espaço e de pessoa, de figuras e produz o texto, neste caso o “editorial”, transformando-o em seu discurso, com vistas a provocar os efeitos de sentido que deseja produzir.

Na sequência, destacamos algumas considerações sobre categorias de tempo em Benveniste (1974/1989), construto teórico referencial neste estudo.

1.1 CATEGORIAS DE TEMPO

Benveniste (1989: 68) inicia o capítulo “A linguagem e a experiência humana”, argumentando que todas as línguas possuem em comum certas categorias de expressão que correspondem a um modelo constante. Em seguida, esse autor (1989: 68) afirma que “as formas que revestem estas categorias são registradas e inventoriadas nas descrições, mas suas funções não aparecem claramente senão quando se as estuda no exercício da linguagem e na produção do discurso”.

O autor classifica as categorias antes referidas como de *pessoa* e de *tempo*. Segundo Benveniste (1989: 68), elas se constituem como “categorias elementares, independentes de toda determinação cultural, e através delas visualizamos a experiência subjetiva dos sujeitos que se colocam e se situam na e pela linguagem”.

Dessa maneira, conforme Benveniste (1989: 70, grifo do autor), de todas as “formas linguísticas reveladoras da experiência subjetiva, nenhuma é tão rica quanto aquelas que exprimem o *tempo*, nenhuma delas é também tão difícil de explorar”, em virtude da persistência das ideias preconcebidas, das ilusões do “bom senso” (“*bon sens*”) e das armadilhas do psicologismo.

O autor admite que o termo *tempo* recobre representações muito diferentes, que são muitas as maneiras de colocar o encadeamento das coisas e que ele quer dar a conhecer, mostrar, provar, sobretudo, que a língua conceptualiza o *tempo* de modo totalmente diferente da reflexão. Benveniste ainda defende que a expressão do tempo é compatível com todos os tipos de expressão linguística. Adverte que existe uma propensão geral, embora a considere natural, para entendermos que o sistema temporal de uma língua reproduz a natureza do termo “objetivo”, por ser tão forte a nossa propensão a ver na língua o decalque da realidade.

Afirma Benveniste (1989: 70) que “as línguas não nos oferecem de fato senão construções diversas do real, e é talvez justamente no modo pelo qual elaboram um sistema temporal complexo que elas são divergentes”. Recomenda que precisamos nos perguntar a que nível de expressão linguística podemos atingir a noção de tempo que informa necessariamente todas as línguas, para, em seguida, perguntarmos como se caracteriza esta noção.

Diante disso, segundo o linguista Benveniste (1989: 74),

[...] uma coisa é situar um acontecimento no tempo crônico, outra coisa é inseri-lo no tempo da língua. É pela língua que se manifesta a experiência humana do tempo, e o tempo linguístico manifesta-se irreduzível igualmente ao tempo crônico e ao tempo físico no mundo.

Benveniste (1989: 71) define o *tempo físico* do mundo como sendo infinito, “linear, segmentável à vontade”, tendo por correlato “no homem uma duração infinitamente variável que cada indivíduo mede pelo grau de suas emoções e pelo ritmo de sua vida interior”. Do tempo *físico* e de seu correlato *psíquico*, surge a categoria do *tempo crônico*, que o autor (1989: 71) define como sendo o tempo dos acontecimentos, que engloba também nossa própria vida, enquanto sequência de acontecimentos.

Para o mesmo autor (1989: 71), nosso tempo vivido corre sem fim e sem retorno e esta se constitui numa experiência comum, “pois não reencontramos jamais nossa infância, nem o ontem, nem o instante que acaba de passar”. Conforme Benveniste (1989: 71), “nossa vida tem pontos de referência que situamos exatamente numa escala reconhecida por todos, e aos quais ligamos nosso passado imediato ou longínquo”.

Aqui aparece a tríade de presente, passado e futuro, Vejamos como a reconhece Benveniste (1989: 71):

[...] podemos lançar o nosso olhar sobre os acontecimentos realizados, percorrê-los em duas direções, do passado ao presente ou do presente ao passado. Nossa própria vida faz parte destes acontecimentos, que nossa visão percorre numa direção ou em outra. Neste sentido, o tempo crônico, congelado na história, admite uma consideração bidirecional, enquanto nossa vida vivida corre num único sentido.

Segundo Benveniste (1989: 71), neste processo bidirecional de olharmos os fatos, surge a *noção de acontecimento*. No tempo crônico, este que nós chamamos “tempo”, está a continuidade na qual “se dispõem em série estes blocos distintos que são os acontecimentos. Porque os acontecimentos não são o tempo, eles estão *no* tempo. Tudo está no tempo, exceto o próprio tempo”.

Afirma esse linguista que, em todas as formas de cultura humana e em todas as épocas, constatamos, de uma maneira ou de outra, um esforço para objetivar o *tempo crônico*. É esta uma condição necessária da vida das sociedades e da vida dos indivíduos em sociedade. Este tempo socializado, destacado pelo autor, seria o calendário ou uma divisão do tempo crônico.

Após destacar as modalidades de *tempo físico* do mundo e de *tempo crônico*, Benveniste as aproxima da categoria de *tempo linguístico* associada com a produção do discurso. Destaca que, “uma coisa é situar um acontecimento no tempo crônico, outra coisa é inseri-lo no tempo da língua. É pela língua que se manifesta a experiência humana do tempo, e o tempo linguístico manifesta-se irredutível igualmente ao tempo crônico e ao tempo físico” (BENVENISTE, 1989: 74).

De acordo com Benveniste (1989: 74, grifo do autor), o tempo linguístico tem seu centro “no *presente* da instância da fala”, pois cada vez que um locutor emprega a forma gramatical do “presente”, (ou uma forma equivalente), ele situa o acontecimento como contemporâneo da instância do discurso que o menciona”. Benveniste (1989: 74) destaca “que na realidade a linguagem não dispõe senão de uma única expressão temporal, o presente, e que este, assinalado pela coincidência do acontecimento e do discurso, é por natureza implícito”.

Esse linguista (1989: 75) observa que “a língua deve, por necessidade, ordenar o tempo a partir de um eixo, e este é sempre e somente a instância do discurso”. O *presente* é usado como uma linha de separação entre o que não é mais presente e o que vai sê-lo. Conforme Benveniste (1989: 76), “estas duas referências não se relacionam ao tempo, mas as visões sobre o tempo, projetadas para trás e para frente a partir do tempo presente”. Segundo esse autor (1989: 76), “esta parece ser a experiência fundamental do tempo, de que todas as línguas dão testemunho à sua maneira”.

Benveniste (1989: 77-78) ainda chama a atenção para o fato de como a temporalidade se insere no “processo da comunicação”. Reafirma que “a condição de intersubjetividade é que torna possível a comunicação linguística”. Destaca a especificidade do *tempo linguístico* em relação ao *tempo crônico*, afirmando que o *tempo linguístico* comporta suas próprias divisões e sua própria ordem, e tanto esta (a ordem) quanto aquelas (as divisões) são independentes do *tempo crônico*.

A seção seguinte aborda a enunciação como processo intrínseco à comunicação social.

2. A ENUNCIÇÃO E O PROCESSO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Depreendemos em Bakhtin (1929/1997) que o signo é mutável em sua condição. A entonação, a situação ou contexto, e o sentido trazem um valor novo ao signo, afetando a sua significação no processo social da linguagem. Segundo Bakhtin (1997: 15), o mesmo sentido pode ser conferido à enunciação, entendida como ato de linguagem que, por fazer parte de um processo de comunicação, nunca se interrompe, pois “é um elemento do diálogo, no sentido amplo do termo, englobando as produções escritas”.

No dizer de Bakhtin (1997: 14), através da enunciação, a interação verbal é realizada como fenômeno social. Ele concebe a interação verbal como todas as formas de diálogo, ou seja, atos de fala que podem ser resumidos sob o termo discurso, seja oral ou escrito. Esse autor valoriza o ato de fala, a enunciação, e afirma sua natureza social: “a fala está indissolúvelmente ligada às condições de comunicação que, por sua vez, estão ligadas às estruturas sociais” (BAKHTIN, 1997: 14).

A enunciação é, para Bakhtin (1997: 126), a unidade real da “cadeia verbal” que está em constante evolução, já que as relações sociais estão também sempre em evolução. A enunciação como um todo se realiza no discurso como atividade de linguagem ininterrupta, que atende aos objetivos sociais de comunicação. De acordo com Bakhtin (1997: 129),

Enquanto um todo, a enunciação só se realiza no curso da comunicação verbal, pois o todo é determinado pelos seus limites, que se configuram pelos pontos de contato de uma determinada enunciação com o meio extraverbal e verbal (isto é, outras enunciações).

Bakhtin (1997: 129) ressalta que “a primeira palavra e a última, o começo e o fim de uma enunciação permitem-nos já colocar o problema do todo”. Acrescenta esse autor (1997: 129): “o processo da fala, compreendida no sentido amplo como processo de atividade de linguagem tanto exterior como interior, é ininterrupto, não tem começo nem fim. A enunciação realizada é como uma ilha emergindo de um oceano sem limites, o discurso interior”. Para Bakhtin (1997: 129, grifo do autor), “as dimensões e as formas dessa ilha são determinadas pela situação da enunciação e por *seu auditório*”. Sendo assim, “a situação e o auditório obrigam o discurso interior a realizar-se em uma expressão exterior definida, que se insere diretamente no contexto não verbalizado da vida corrente, e nele se amplia pela ação, pelo gesto ou pela resposta verbal dos outros participantes na situação de enunciação”.

Como se pode notar, Bakhtin (1997: 129) já menciona a questão do contexto ou situação na qual um enunciado é produzido. Sendo o enunciado um ato de fala, entendido como discurso, tende a ser produzido sempre dentro de um determinado contexto, para que seu sentido tenha uma relação de significação entre os interlocutores.

Conforme Fiorin (1999: 30), “o discurso não é uma grande frase nem um aglomerado de frases, mas um todo de significação”. Nesse sentido, podemos considerar que a frase deve ser entendida como “um segmento do discurso”, o que não exclui, evidentemente, segundo Fiorin (1999: 30), “que o discurso possa ter, em certos casos, a dimensão de uma frase”.

O primeiro linguista a produzir uma teoria da enunciação foi o francês Benveniste, que a define como “a colocação em funcionamento da língua por um ato individual de utilização” (BENVENISTE, 1989: 82). Como produto da enunciação, o enunciado é um ato individual que pressupõe um sujeito. Alguém enuncia. Alguém produz um ato de fala. Alguém produz um discurso. Mas esse alguém não está sozinho. O enunciado constitui uma relação verbal entre dois sujeitos. Enunciar pressupõe dizer alguma coisa a alguém, dentro de uma competência linguística e discursiva. O discurso é uma relação verbal entre locutor/enunciador e alocutário/enunciatário.

A enunciação instala a subjetividade no discurso. O que é então a subjetividade? Segundo Benveniste (1995: 286), a “subjetividade corresponde à capacidade do locutor para se propor como sujeito”, remetendo para si mesmo e instituindo a própria existência da linguagem; reciprocamente, o indivíduo constitui-se através da sua potencialidade de linguagem. Então, conforme Benveniste (1995: 286, grifo do autor), “é ‘ego’ que *diz* ego. Encontramos aí o fundamento da ‘subjetividade’ que se determina pelo *status* lingüístico da ‘pessoa’”.

Dito de outra forma, a subjetividade é a instituição do sujeito falante enquanto actante enunciativo. De acordo com Benveniste (1995: 286), o laço inalienável sujeito-linguagem é ubíquo, visto que todos os enunciados são marcados subjetivamente. O sujeito dispersa as suas marcas mediante mecanismos vários: o dispositivo dêitico, naturalmente, mas também as expressões afetivas, valorativas, apologistas, modalizadoras, interpretativas, etc.

Assim, para Benveniste (1995: 286), o conceito de subjetividade alarga-se a uma tríade fundamental: a linguagem, o *eu* e o *tu*. É que o *eu* não pode ser concebido a não ser por contraste com o *tu*. O sujeito falante eleva o outro à condição de existência no processo de comunicação. “Eu – tu” é um só ente criado pela reciprocidade de dois elementos numa relação dialética, interativa que é o processo de comunicação.

Parece-nos importante destacar que a consideração essencial do exercício linguístico, situada na polaridade entre dois sujeitos, corresponde a uma complexificação da noção de subjetividade que o próprio Benveniste protagonizou. Para Benveniste (1995: 286, grifo do autor), “essa polaridade não significa igualdade nem simetria: *ego* tem sempre uma posição de transcendência quanto a *tu*; apesar disso, nenhum dos dois termos se concebe sem o outro; são complementares, mas segundo uma oposição ‘interior/exterior’, e ao mesmo tempo são reversíveis”.

Dessa maneira, entendemos, com base em Benveniste (1995: 288, grifos do autor), que “a linguagem está de tal forma organizada que permite a cada locutor *apropriar-se* da língua toda designando-a como *eu*”. Nesse sentido, conforme o autor (1995: 288), “os pronomes pessoais são primeiro ponto de apoio para essa revelação da subjetividade na linguagem”

Guimarães (1995: 42) comenta que todo enunciado traz a questão da verdade e esta relaciona-se à ação do sujeito, pois “o sujeito se compromete com a verdade do que afirma, segundo as condições em que afirma”. O mesmo autor inclui, como condições, o fato de o sujeito estar investido, social e institucionalmente, de um papel para realizar o ato de linguagem. Sobre essa questão, Fiorin (1999: 35, grifo do autor) assevera que, quando se produz um enunciado, “estabelece-se uma *convenção fiduciária* entre enunciadador e enunciatário, a qual determina o estatuto veridictório do texto”.

Para que um enunciado sirva como uma instância de mediação, assegurando que o discurso passe da competência (o dizer) para a performance (o compreender), levam-se em conta leis discursivas que balizam a troca de informação: a informatividade e a exaustividade, descritas por Kerbrat-Orecchioni (1980: 210-4), conforme explica Fiorin (1999: 33-34).

Na lei da informatividade, não se trata apenas de manter uma conversação entre os interlocutores. Para que os enunciados transmitam informação, devem ser construídos a partir de coisas que a pessoa a quem se fala não conheça. Para Fiorin (1999: 34), parte-se da competência do falante, pois seria embaraçoso contar à mesma pessoa o mesmo fato: “todas as situações de comunicação que deveriam ser informativas e não o são soam um pouco estranhas”.

Já a lei da exaustividade exige que, sobre um dado tema, o enunciadador apresente as informações mais fortes e marcantes do fato: “não se pode, quando se quebrou um objeto, dizer apenas que ele caiu” (FIORIN, 1999: 34). Segundo o argumento de Fiorin (1999: 34), essa lei não diz respeito à informação simplesmente, mas à “taxa de informação que se deve apresentar numa troca verbal”.

Essas leis são perfeitamente caracterizadas, por exemplo, no editorial jornalístico, cujo discurso trataremos em nossa análise, sob a perspectiva da enunciação. Assim entendido, que um enunciado não é uma frase qualquer, mas uma frase constituída de sentido no nível de interpretação em dado contexto em que é pronunciado, e que deve atender aos objetivos de comunicação, refletiremos no item 4 – Análise do editorial – sobre o enunciado no discurso de um editorial jornalístico, embora sabendo que não podemos dar conta de analisá-lo sob todos os aspectos possíveis da semântica. A intenção é abordar alguns desses aspectos, a fim de verificar as ligações do discurso jornalístico com esta parte da semântica: a enunciação.

No próximo tópico, comentamos sobre os procedimentos metodológicos que nortearam esta pesquisa.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O *corpus* de pesquisa trata-se de um texto jornalístico, do gênero editorial, que foi publicado na revista *Veja* em 24 de dezembro de 2003, sob o título “*2004, o ano do recomeço*”. Interessa-nos, especialmente, neste estudo a análise enunciativa do primeiro parágrafo do editorial. Conforme já constou na Introdução deste artigo, reiteramos a justificativa para selecionar esse texto para realizar a análise aqui proposta. Conforme nosso entendimento, trata-se de um comunicado ao leitor, sob a forma de editorial/carta ao leitor, a partir do qual a revista *Veja* anuncia e enuncia que *2004 seria o ano do recomeço*, por várias razões, em especial no que diz respeito a importantes acontecimentos da vida política e social do País; ou seja, o início de uma nova etapa do governo Lula, segundo mandato como presidente da República, cujo ciclo encerrou-se em 31 de dezembro de 2010. São destacados, discursivamente, importantes fatos no âmbito sócio-histórico e político-governamental. O texto, na íntegra, encontra-se transcrito a seguir.

2004, o ano do recomeço

VEJA deseja a você, leitor, boas festas e um 2004 melhor do que o ano que está se encerrando. 2003 termina deixando, no entanto, uma sensação positiva: a de que, para a economia do país, o pior já passou – e, por consequência, 2004 poderá ser o ano do verdadeiro início do governo de Luiz Inácio Lula da Silva. No primeiro ano, Lula teve de lutar para reequilibrar a economia nacional e conquistar totalmente a confiança dos brasileiros em sua capacidade de cumprir as

promessas do fim da campanha eleitoral, quando se comprometeu a fazer uma administração responsável no campo fiscal e ativa no terreno das reformas estruturais.

VEJA deixará de circular na próxima semana. Volta às bancas e aos assinantes a partir do sábado 3 de janeiro de 2004. Nesta semana, VEJA sai em dose dupla. Há uma primeira revista trazendo uma retrospectiva de fatos, personalidades e frases do ano, além de algumas reportagens, uma delas sobre a prisão de Saddam Hussein e outra que trata de religião. Nesta reportagem, mostra-se que a fé foi um dos maiores evolutivos da humanidade e que Jesus Cristo mudou a maneira como acreditamos. Uma segunda revista é a edição especial *Saúde*, que reúne as mais convincentes razões fornecidas pela medicina para levar nossos leitores a começar a se mexer neste verão. A especial *Saúde* circula gratuitamente para os assinantes e é vendida em banca.

A análise da matéria – editorial/carta ao leitor – fundamentou-se no capítulo de Émile Benveniste (1974/1989) que trata do “aparelho formal da enunciação”. De acordo com Benveniste (1989: 85-86), todas as línguas têm em comum determinadas categorias, das quais destaca as de *pessoa*, *espaço* e *tempo*, referências intradiscursivas que apontam para as relações estabelecidas entre o enunciador (ou locutor) e a enunciação, criando, no enunciatário (ou interlocutor) uma relação de proximidade (categorias do *eu-aqui-agora*) ou distanciamento (categorias do *ele-lá-então*) com a enunciação.

Enunciação é a palavra-chave neste momento: ler não o texto do enunciado (do editorial), mas o *como* foi escrito, sua enunciação. Segundo Benveniste (1989: 82), “a enunciação é este “colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização“. Dessa forma, “[...] é o ato mesmo de produzir um enunciado, e não o texto do enunciado, que é nosso objeto. Este ato é o fato do locutor que mobiliza a língua por sua conta. A relação do locutor com a língua determina os caracteres lingüísticos da enunciação” (BENVENISTE, 1989: 82).

A enunciação, conforme propõe Benveniste (1989: 82-83), pode ser estudada sob três aspectos: a) a realização vocal da língua, seus sons e variedade fonética (que se verifica mesmo entre falantes de uma mesma língua); b) os mecanismos de sua produção, ou seja, analisar como o “sentido” se forma em “palavras”; c) definindo-a no quadro formal de sua realização.

O terceiro aspecto – *definir a enunciação no quadro formal de sua realização* – foi privilegiado para a realização da leitura e análise do editorial, *corpus* desta pesquisa. Assim, foram considerados, na enunciação, três aspectos: a) o ato mesmo de produzi-la (ato

individual pelo qual se utiliza a língua e que introduz o locutor como parâmetro nas condições necessárias da enunciação); b) as situações e condições nas quais ela se realiza (no caso desta análise, as determinações do *fazer jornalístico*); c) os instrumentos de sua realização.

Diante de tais considerações, neste estudo, realizado através de uma pesquisa descritiva, com abordagem qualitativa, utilizamos pressupostos do paradigma indiciário - um modelo epistemológico atualmente utilizado em muitas pesquisas qualitativas -, que, segundo Ginzburg (1986: 151), emergiu no âmbito das ciências humanas no final do século XIX.

O paradigma indiciário se traduz em "um saber de tipo venatório" (GINZBURG, 1986: 152), caracterizado pela capacidade de, a partir de dados aparentemente irrelevantes, descrever uma realidade complexa que não seria cientificamente experimentável. Conforme Ginzburg (1986: 152), "pode-se acrescentar que esses dados são sempre dispostos pelo observador de modo tal a dar lugar a uma seqüência narrativa, cuja formulação mais simples poderia ser 'alguém passou por lá'".

Buscamos, assim, através de uma série de "indicadores" (marcas/pistas linguísticas) construir o mecanismo de *referência* no processo de enunciação, entendendo a referência como parte integrante deste processo. É importante destacar que, entretanto, a referência não se dá em relação à realidade, mas aos discursos que se organizam para construí-la.

Assim, entendemos, pelos vários discursos que são entrelaçados - no editorial - a revista *Veja* cria com o leitor um universo referencial que este antes desconhecia. No caso do título do editorial - *2004, o ano do recomeço* - por exemplo, o lugar destinado pelo locutor ao novo ano de 2004 que ao nomeá-lo cria, para o leitor, um universo referencial determinado a partir dos sentidos construídos na enunciação, no discurso.

Além desses elementos, destaca-se, da teoria de Benveniste, a distinção realizada entre as diversas funções sintáticas da enunciação, empregadas pelo enunciador para influenciar de algum modo o comportamento daquele a quem se dirige. A asserção, "a manifestação mais comum da presença do locutor na enunciação" (BENVENISTE, 1989: 86), parece ser a função sintática mais recorrente no discurso jornalístico, já que o jornal e a revista visam comunicar uma certeza, seja ela afirmativa ou negativa. Um bom exemplo disto é a manchete do editorial analisado - *2004, o ano do recomeço* - totalmente assertiva, essa afirmativa.

Como já proferimos logo ao início da Introdução, o enfoque deste trabalho voltou-se mais para o estudo do editorial - gênero textual - e, particularmente, para as categorias de tempo, espaço e pessoa. A partir dessas categorias teóricas analisamos, de maneira especial, a categoria de *tempo*, que traz consigo as outras categorias - espaço e pessoa.

Com a finalidade de melhor estruturar nossas observações do editorial ora em análise, caracterizadas pelas marcas linguísticas relacionadas com a categoria de *tempo*, estabelecemos uma segmentação que obedece aos seguintes aspectos:

a) em primeiro momento, selecionamos a matéria verbal que compõe o texto editorial objeto deste estudo, tais como as “marcas visíveis” do tempo cronológico, socialmente institucionalizado, através das marcas/pistas linguísticas caracterizadas pelo calendário/tempo cronológico;

b) em um segundo momento, selecionamos os tempos e modos verbais mais recorrentes, para caracterizar o tempo linguístico no enunciado;

c) na sequência, catalogamos os pronomes e advérbios, principalmente os de tempo, para precisar a relação espaciotemporal;

d) por último, de forma imbricada aos demais aspectos (a, b e c), comentamos sobre as categorias de espaço e pessoa.

A próxima seção apresenta a análise enunciativa do editorial, conforme procedimentos metodológicos antes descritos.

4. ANÁLISE ENUNCIATIVA DO EDITORIAL

O fazer jornalístico reveste-se, ele mesmo, de características próprias que determinam as relações do jornalista/editorialista² com a enunciação. A fala do jornalista já é, desde sua constituição, barrada e restringida pelas regras do fazer jornalístico. Entretanto, a posição do jornalista é determinada pelo discurso que articula a própria instituição, situando-o no lugar daquele que “pode dizer” e “tudo dizer” (o discurso do poder, o discurso do saber). Seria, assim, uma articulação de enunciados que atuam “como se” não partissem do lugar da enunciação.

Uma das primeiras observações em relação a essa produção do gênero textual – editorial – é que o locutor, colocando-se em terceira pessoa de forma predominante, distancia-se automaticamente dos acontecimentos, estabelecendo uma relação distensa, não compromissada com os fatos descritos/comentados, o que se acentua ainda mais em função do emprego de determinadas formas verbais como o presente (*deseja, termina*): tempo verbal mais adequado ao mundo comentado, já que o acontecimento não é concomitante ao momento de fala.

² Neste estudo, ao nos referir a jornalista estaremos nomeando o editorialista; sob a ótica da enunciação, o locutor/o enunciator.

A matéria sendo escrita em terceira pessoa parece representar uma tentativa de conferir objetividade e neutralidade ao texto. Em relação ao espaço, assim como para pessoa, a tentativa é transmitir, também, objetividade e neutralidade ao leitor/interlocutor, ou enunciatário (o que, supostamente, conferiria maior credibilidade à revista). Dessa forma, o “lá” e não o “aqui” é evocado como lugar dos fatos narrados/comentados.

A manchete do editorial foi escrita em tempo presente, de forma assertiva afirmativa. Este elemento, considerado em relação à própria linguagem jornalística, apontaria para um dado interessante: o desejo de estabelecer, com o leitor/interlocutor, a ideia de que, na revista, não há espaço para dúvidas ou equívocos, apenas para fatos já consumados e constatados. Entretanto, a certeza (positiva) apregoada pela manchete, expressa no título do editorial, nem sempre se confirma na leitura da matéria.

Se o *tempo do presente* se traduz como eixo primordial da temporalidade na língua a ordenar a experiência humana, no enunciado do editorial, sob análise, esse tempo do presente parece apontar para uma referência, quando, no momento da leitura desse editorial, procura chamar a atenção do leitor para a necessidade do “recomeço”, por meio de *um 2004 melhor do que o ano que está se encerrando*.

Esta estratégia enunciativo-discursiva parece confirmar que, tomada a tríade de passado, presente e futuro, estruturada como eixo temporal a ordenar socialmente a temporalidade humana, o editorial dá particular ênfase à temporalidade do presente, marcado pelo instante em que se realiza o “ato da leitura” do referido editorial, que, igualmente, deve representar também o momento presente na vida do leitor, ou do interlocutor.

Ancorada na temporalidade do presente, essa estratégia discursiva também não evoca literalmente o passado com a orientação de que deve ser revivido, apenas o resgata enquanto “lembrança simbólica” de que o ano de 2003 “*termina*” deixando uma sensação positiva de acontecimentos verificados no seu decorrer, e que deve permanecer na lembrança, hoje e em dias futuros. Ainda em relação ao emprego do tempo presente, destaca-se o momento da fala, quando o sujeito da enunciação faz uso do presente do indicativo para, como sustenta Fiorin (1999: 151), enunciar uma verdade que se pretende eterna, sendo a forma verbal mais utilizada pela sabedoria popular.

É importante reiterar que as alusões temporais, no enunciado do editorial, são marcadas pelo indicativo de “controle do tempo” e se convertem em possíveis advertências aos leitores acerca da necessidade de que *2004 poderá ser o ano do verdadeiro início do governo de Luiz Inácio Lula da Silva*. Um dos argumentos mais fortes a fundamentar essa “necessidade” (inclusive, no editorial, ela passa a ser premente) constitui-se na asserção “no

primeiro ano, Lula teve de lutar para reequilibrar a economia nacional e conquistar totalmente a confiança dos brasileiros [...]”.

Em relação aos advérbios, mormente o advérbio de tempo – *quando se comprometeu...* - neles também estão presentes os dois modos de organização do tempo – em relação ao momento da fala ou a um marco temporal pretérito ou futuro inscrito no texto/ no discurso. Há, portanto, um discurso que, comentando os fatos através da enunciação, evidencia que o tempo da enunciação diz respeito ao locutor, ou seja, o discurso jornalístico do editorial é o lugar privilegiado da manifestação de expressões temporais. O texto do editorial utiliza determinados procedimentos da sintaxe do discurso ao conseguir, ao mesmo tempo, fazer a projeção da pessoa, do espaço e do tempo no eixo da referência do *eu*, do *aqui* e do *agora* e, assim, fugindo ao lugar comum, produzir determinados efeitos de sentido. Portanto, o tempo em que se situam os episódios comentados faz parte integrante da construção do significado de um texto como o editorial jornalístico.

O *tempo cronológico* está bem marcado no enunciado do editorial através dos termos: *2004, o ano que..., 2003 termina..., no primeiro ano, próxima semana, sábado 3 de janeiro de 2004, nesta semana, ...frases do ano, neste verão.*

A categoria *tempo* reveste-se de características variadas. Porém, podemos dizer que há predominância em termos de tempo verbal, o presente. Contudo, constatamos que os tempos passado e futuro (em menor grau) também se verificam no enunciado, mesclando-se dentro da matéria do editorial. Isso vem confirmar a estrutura narrativa à qual foi associado o jornalismo. Quanto aos modos do verbo, há clara predominância do indicativo quando se quer interpelar mais diretamente o leitor (*deseja, termina, poderá, teve, comprometeu*). Quanto aos pronomes, destaca-se o demonstrativo (*nesta, neste*), o de tratamento (*você*) e os possessivos (*sua, delas, nossos*). Chama a atenção o fato de que na matéria do editorial não há uso de pronomes pessoais, pois o sujeito de quem se fala é sempre nomeado (*VEJA, Lula...*).

Como todo discurso, o jornalístico é composto de uma pluralidade de enunciados marcados por diferentes formações. O enunciado jornalístico, como qualquer outro, é constituído pelos aparelhos formais de enunciação descritos por Benveniste (1974). Esses aparelhos, também chamados de categorias da enunciação, são: o sujeito, o tempo e o espaço/lugar. Assim, Benveniste (1995: 286, grifo do autor) afirma que é “na e pela linguagem que o homem se constitui como *sujeito*; porque só a linguagem fundamenta na realidade, na *sua* realidade que é a do ser, o conceito de ‘ego’”. Fiorin (1999:14) destaca que a categoria de pessoa é essencial para que a linguagem se torne discurso. E, interpretando as categorias da enunciação de Benveniste, descreve:

como a pessoa enuncia num dado espaço e num determinado tempo, todo tempo e todo espaço organizam-se em torno do “sujeito”, tomado como ponto de referência. Assim, espaço e tempo estão na dependência do *eu*, que neles se enuncia. O *aqui* é o espaço do *eu* e o *presente* é o tempo em que coincidem o momento do evento descrito e o ato de enunciação que o descreve. A partir desses dois elementos, organizam-se todas as relações espaciais e temporais (FIORIN, 1999: 42, grifo do autor).

Quando observamos, mais atentamente, o enunciado do Editorial “2004, o ano do recomeço”, percebemos que as menções ao tempo ampliam-se para outros referenciais e extrapolam a noção de *tempo crônico*, apontada por Benveniste (1989: 71). Por exemplo, o texto é dirigido ao(s) leitor(es) de forma a tentar causar-lhe(s) uma impressão de exclusividade (através do pronome de tratamento “você”, do pronome possessivo “nossos”), reportando-se, portanto, à categoria de *tempo físico* do mundo, em sua dimensão psíquica, subjetiva.

Essa questão nos faz concluir que, geralmente, as três categorias temporais identificadas por Benveniste (1974) – tempo *físico*, *crônico* e *linguístico* - não se comportam como marcas linguísticas visivelmente demarcadas, pois possuem linhas bastante tênues entre elas. Como o discurso é da ordem do acontecimento e não há acontecimento fora dos quadros do tempo, do espaço e da pessoa/sujeito, essas marcas não podem ser separadas; sem elas, não haveria enunciado, ou o enunciado não teria sentido, e, conseqüentemente, num dado contexto não teria significado. No editorial analisado, constatamos que a informação e o comentário jornalístico tentam fundar um lugar e um tempo específicos na enunciação, instaurando assim o sentido no discurso para realização da comunicação no *tempo presente*.

No enunciado de uma revista/de um jornal, o tempo da enunciação, marcado como o *agora*, é o presente da informação, mesmo que ele se apague todos os dias, em função da coleção do jornal/da revista, dada a sua periodicidade. O presente da notícia de jornal/revista é o hoje, a atualidade, ainda que esses veículos hoje tragam a notícia de ontem, pois todo fato narrado/comentado pelo jornal/revista é o que já aconteceu, muito embora também possa fazer projeções para o futuro, na medida em que todo acontecimento pressupõe um desdobramento. É característica do discurso jornalístico fazer com que o leitor, mesmo aquele que esporadicamente tenha acesso ao jornal/revista, compreenda os fatos do presente. O discurso jornalístico pode ser tratado através do conceito de enunciação descrito por Benveniste (1966, 1974), como uma relação do locutor com a língua, em determinado tempo e lugar. Ele, Benveniste, trata a questão do sujeito, construindo um conceito de ordem semântica. Para esse autor, a enunciação é uma relação do sujeito com a língua, que dela se apropria e a põe em funcionamento.

A categoria de pessoa, segundo Fiorin (1999), é essencial para que o ato de linguagem se torne discurso. E todo discurso, em geral, é uma relação entre *eu* e *tu*. Nele, há sempre um locutor, o enunciador, e um alocutário, o enunciatário. Já, no jornalismo, essa relação adquire novos contornos pelo fato de que sua palavra é uma palavra de mediação entre fontes e leitores. É o que explica França (1998: 29), para quem

o discurso jornalístico, ao contrário, vem descaracterizar a presença de relações específicas e diretas entre aqueles que o pronunciam, a audiência à qual se dirige e o assunto do qual está tratando. O locutor desaparece em seu próprio enunciado, que lhe é totalmente exterior, através do dizer impessoal.

Desse modo, então, subtraindo-se da ação contada, o locutor se identifica com um segundo observador: o leitor. Nesse momento, eles não compartilham uma experiência comum, não realizam uma troca ou um investimento pessoal, mas promovem uma convergência no papel de observadores de um terceiro que os atrai, os seduz e os aproxima (FRANÇA, 1998: 29).

O jornalismo, portanto, pressupõe que seu fazer seja pautado por um “*EU*, jornal/revista...” (linguagem jornalística) falando com “*TU*, leitor...” de uma terceira pessoa “*ele*”, alguém distante, “*lá*”. No caso do Editorial “2004, o ano do recomeço”, a linguagem jornalística estaria falando ao leitor das diversas matérias já produzidas pela Revista e àqueles por ela afetados. Entretanto, o que não pode ser desconsiderado é que esta escrita, antes de ser expressão do ano de 2004 em relação a 2003 ou da revista, é expressão daquele que *fala* (ou daquele que *escreve*); neste caso o próprio editorialista enquanto ser do mundo, ou enunciador enquanto ser do discurso.

Enquanto escritor, o jornalista/editorialista se enuncia escrevendo, e estrutura o que escreve. Assim, a enunciação escrita, que se distingue da falada, pode ser situada em dois planos: “o que escreve se enuncia ao escrever e, no interior de sua escrita, ele faz os indivíduos se enunciarem” (BENVENISTE, 1989: 90).

Ao escrever, portanto, o jornalista/editorialista, o locutor/enunciador se enuncia e faz aqueles de quem escreve se enunciarem, não autonomamente, mas a partir de sua própria enunciação. Resta saber, pois, quem fala pela fala do jornalista-narrador, aquele que efetivamente está escrevendo.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos concluir que, em relação à análise do editorial, foi possível comprovar que nessa produção enunciativo-discursiva os sujeitos comunicantes/os editores/locutores (aqueles que produzem o discurso) e os seus receptores/interlocutores não se encontram num processo de comunicação face a face, no entanto realiza-se o ato de linguagem que possibilita a comunicação que acontece no tempo presente, mediante específicas marcas/pistas linguísticas materializadas nos enunciados.

A partir do momento em que se dá a enunciação, instaura-se um campo de referenciação estabelecido em torno do *locutor* e do *interlocutor*. A própria pessoa do sujeito que fala é o marco de referenciação linguística, pois é a partir dele que se torna possível a identificação/localização de objetos e entidades no interior da esfera espacial e temporal da *enunciação*. Diz-se então que o sujeito falante está no centro de um conjunto de elementos que determinam a vinculação da enunciação aos participantes na comunicação, ao tempo da enunciação e ao espaço da enunciação. Esses elementos, denotados pelos dêiticos, são as coordenadas enunciativas.

É importante ressaltar que, ao mobilizar a língua e dela se apropriar, o locutor estabelece relação com o mundo via discurso, sendo que a cada instante enunciativo ele manifesta a posição subjetiva que assume em relação àquela instância. Em outras palavras, poder-se-ia dizer que o sujeito apresenta, *na e pela* linguagem, representações de si mesmo que variam de acordo com a cena enunciativa – tempo, espaço, locutor e alocutário, toda a situação de enunciação – em que o discurso é produzido.

Se pensarmos, como Benveniste, um sujeito *resultado* da apropriação da língua, que ocorre sempre – e somente – em um ato específico, necessariamente associamos *enunciação* à idéia de *diálogo*. Conforme o autor, a comunicação não se restringe à simples transmissão de mensagens. É nela e por ela que o homem se constitui enquanto sujeito, se reconhece e reconhece o outro numa relação de dialogismo e de alteridade.

Conforme Benveniste (1989: 83), ao fazer um estudo enunciativo da linguagem, é necessário que se defina a enunciação no quadro formal de sua realização, isto é, são necessários alguns princípios metodológicos. Primeiramente, há de se considerar o próprio ato, ou seja, um locutor que, ao proferir *eu*, apropria-se da linguagem e instaura um *outro* à sua frente, qualquer que seja o grau de presença que ele atribua a este outro. Em seguida, é preciso considerar as situações em que o ato enunciativo se realiza. Toda e qualquer

enunciação expressa uma certa relação com o mundo, isto é, uma relação com o *aqui* e o *agora* do locutor.

Esta é uma noção importante: na enunciação, o centro da referência não é o mundo, mas a situação espaciotemporal cujo centro é o *eu*. Por fim, são relevantes os instrumentos de sua realização. Benveniste (1989: 74) afirma que, ao enunciar, o sujeito *enuncia-se*. O locutor tem à sua disposição uma série de signos linguísticos dos quais pode apropriar-se para enunciar. No entanto, a partir do momento em que ele toma a linguagem como sua e enuncia, está imprimindo sentidos únicos e referíveis somente à instância em que foram produzidos.

A questão norteadora, possível hipótese, nesta investigação, teve como pressuposto que a noção do tempo linguístico aponta para o estabelecimento do tempo presente, inserindo-o como um tempo que é o ponto central para referenciar as demais temporalidades: a do tempo do passado e a do tempo do futuro no ato linguístico, tudo isso imbricado pelas categorias de espaço e pessoa. Esses aspectos foram demonstrados no decorrer da análise, visto que as categorias de tempo, espaço e pessoa se entrelaçam na enunciação.

Assim, por consequência dessa questão norteadora, também abarcamos o objetivo geral previsto neste trabalho, que visou apresentar algumas reflexões sobre as implicações dos efeitos de sentido ocasionados pelo uso das categorias de tempo, espaço e pessoa no processo de produção do gênero textual analisado – editorial.

Nesse sentido, saber *com quem* se fala e *como* se deve falar são questões que sempre se colocam como pertinentes quando analisamos a esfera discursiva do gênero discursivo editorial. No editorial, o processo argumentativo se dá pelos acontecimentos que criam, discursivamente, um tempo enunciativo e instauram no discurso um *agora* – o momento da enunciação. Não se deve, segundo Benveniste (1989: 74), confundir o tempo *crônico* (cronológico) com o tempo *linguístico*: situar o tempo do acontecimento que faz parte da nossa própria vida é totalmente diferente de inseri-lo no tempo da língua. Assim, a temporalidade está intrinsecamente relacionada com o momento da enunciação, seu principal ponto de referência.

Nesse sentido, os tempos reportam-se a acontecimentos anteriores, posteriores ou concomitantes ao momento da enunciação ou a um marco temporal pretérito ou futuro instaurado no texto/no discurso, que são as formas básicas de ordenação dos tempos.

O discurso jornalístico pode ser tratado, segundo a visão de Benveniste (1974), que descreve em sua teoria a enunciação de forma objetiva, sem a presença do sujeito. O jornal se apropria de enunciados de outros e produz o seu próprio, através da marca da objetividade ao

usar a terceira pessoa. Esse uso predominante da terceira pessoa tende a garantir uma estratégia de universalidade, de objetividade ao discurso.

A contribuição deste trabalho, acreditamos, situa-se na perspectiva de poder auxiliar nos estudos e nas pesquisas desenvolvidos no âmbito da enunciação e sua interface com outros campos do conhecimento, por exemplo o da Comunicação Social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. BAKHTIN, Mikhail (VOLOCHÍNOV, V. N.). (1929). *Marxismo e filosofia da linguagem*. Tradução de Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. 8. ed. São Paulo: Hucitec, 1997.
2. BAKHTIN, Mikhail. Os gêneros do discurso. In: *Estética da criação verbal*. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
3. BELTRÃO, Luiz. *Jornalismo opinativo*. Porto Alegre: Sulina, ARI, 1980.
4. BENVENISTE, Émile. (1966). *Problemas de lingüística geral I*. Trad. Maria da Glória Novak e Maria Luisa Néri. 4. ed. Campinas, SP: Pontes, 1995.
5. BENVENISTE, Émile. (1974). *Problemas de lingüística geral II*. Trad. Eduardo Guimarães et al. Campinas, SP: Pontes, 1989.
6. CARTA ao leitor. 2004, o ano do recomeço, *Veja*, São Paulo, ano 36, n. 51, p. 11, 24 dez. 2003.
7. FAUSTO NETO, Antônio. *Mortes em derrapagem*. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1991.
8. FIORIN, José Luiz. *As astúcias da enunciação: as categorias de pessoa, espaço e tempo*. São Paulo: Ática, 1999.
9. FLORES, Valdir do Nascimento. Princípios para a definição do objeto da lingüística da enunciação: uma introdução (primeira parte). *Letras de Hoje*, Porto Alegre, v. 36, n. 4, p. 7-7, dez. 2001.
10. FRANÇA, Vera Veiga. *Jornalismo e vida social: a história amena de um jornal mineiro*. Belo Horizonte: UFMG, 1998.
11. GINZBURG, C. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo: Cia. das Letras, 1986.
12. GUIMARÃES, Eduardo. *Os limites do sentido*. São Paulo: Pontes, 1995.
13. _____. *Semântica do acontecimento: um estudo enunciativo da designação*. Campinas, SP: Pontes, 2002.
14. KERBRAT-ORECCHIONI, Catherine. *L'énonciation: de la subjectivité dans le langage*. Paris: Armand Colin, 1980.

15. SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de lingüística geral*. 28. ed. São Paulo: Cultrix, 1996.

ABSTRACT: This study concerns enunciation in journalistic texts with the objective of presenting some reflections about the implications of the sense effects in discourse, occasioned by the employment of subject, space and time categories in the enunciation/editorial style production process. The theoretical framework includes Benveniste's (1974/1989, 1966/1995) theoretical presuppositions about the Enunciation theory, complemented with support in Fiorin (1999). The research has a descriptive origin and a qualitative approach; it employs the epistemological model of the indiciary paradigm (GINZBURG, 1986) to do the *corpus* analysis by checking/linguistic clues identification that refer to time, space and subject categories. The linguistic time notion points to the establishment of the present time, inserting it as a time that is a central axis for citing other temporalities: the past time and the future time temporalities in the linguistic act, all this imbricated by the space and subject categories.

KEYWORDS: enunciation; journalistic text; editorial; time, space and subject categories.

Recebido no dia 17 de novembro de 2010.

Artigo aceito para publicação no dia 25 de fevereiro de 2011.